

Exmo. Senhor Presidente
da Comissão Parlamentar de Saúde
Deputado António Maló de Abreu

S. Bento, 13 de setembro de 2023

Assunto: Audição, com caráter de urgência, da Entidade Reguladora da Saúde e do Ministro da Saúde sobre os contínuos obstáculos colocados no SNS para o acesso à IVG

A Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez veio estabelecer que esta não é punível quando efetuada por médico, ou sob a sua direção, em estabelecimento de saúde oficial ou oficialmente reconhecido e com o consentimento da mulher grávida, se for realizada, por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas de gravidez. Esta lei, que consagrou o direito à mulher de decidir sobre a sua gravidez e sobre a sua maternidade, provou ser uma política extremamente positiva do ponto de vista de saúde pública. Com ela reduziram-se as complicações e a mortalidade associadas a práticas clandestinas e promoveu-se o planeamento familiar.

Não obstante tudo isto persistem os obstáculos colocados pelo SNS para acesso à IVG. Obstáculos que são inadmissíveis por colocarem em causa o acesso a um direito e por atentarem contra a dignidade das mulheres.

Em 2018, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda questionou todos os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) e todos os Centros Hospitalares (CH) do SNS sobre este assunto. Das respostas foi possível verificar que a lei da IVG não era respeitada pelo menos de três formas. Em primeiro lugar, grande parte dos ACES diziam não disponibilizar a consulta prévia. Em segundo lugar, havia situações de referências que podiam obrigar

as mulheres a várias deslocações e funcionavam como forma de desincentivo. Em terceiro lugar, não existiam respostas em vários hospitais públicos.

Em fevereiro de 2022, várias notícias deram conta de uma situação que continuava a degradar-se e que em muitos casos se revestiam de uma verdadeira violência institucional contra mulheres que procuravam respostas de saúde previstas na lei.

A uma reportagem do DN, o hospital da Guarda respondeu que não fazem IVG porque ali “é um hospital amigo dos bebés”. O mesmo hospital diz que tente experimentar em Viseu, a uma hora de distância de carro. Não referencia, não encaminha, nada, a mulher que faça a corrida de obstáculos. O mesmo acontece com Castelo Branco que diz para as mulheres experimentarem na Covilhã ou em Portalegre ou na Guarda. Os exemplos são muitos: Santarém dizem “ai aqui não vai fazer nada disso, não pense” e ainda “não tenho médicos para as grávidas, vou ter para as IVG? Se está com pressa marque diretamente para a clínica e pague”.

Perante isto, o Bloco de Esquerda apresentou uma iniciativa legislativa para a realização de uma auditoria a todas as instituições do SNS, de forma a fazer o levantamento de todos os problemas e de fazer com que o Governo os corrigisse. O Ministro da Saúde disse não serem necessárias auditorias, falou de “casos pontuais” e disse que a situação seria resolvida em poucas semanas.

O relatório da Entidade Reguladora da Saúde (ERS) sobre o acesso à IVG no SNS mostra, no entanto, que a auditoria era necessária, que os casos não são pontuais e que o Ministro não resolveu o que quer que fosse em semanas.

Este relatório resulta de um processo de monitorização aberto a 10 de março, depois de um processo de avaliação preliminar ter mostrado haver matéria para essa monitorização de todas as instituições. Da informação recolhida (já passadas semanas sobre as notícias do início de fevereiro) conclui-se o seguinte:

- Das 42 entidades hospitalares oficiais do SNS elegíveis para a realização de IVG 15 não a fazem;
- Dessas 15 entidades, 2 não tinham sequer qualquer procedimento de encaminhamento para uma outra instituição onde a IVG pudesse ser realizada;

- Entre os hospitais que realizavam IVG foram identificados ainda vários problemas como: exigir que o procedimento inicie nos CSP, recusa de utentes fora da área de influência do hospital, desrespeito pelos prazos legais, entre outros;
- Dos 55 ACES apenas 5 disponibilizavam consulta prévia e nenhum realizava IVG;
- Dos que não disponibilizavam qualquer consulta, 30 ACES não demonstraram ter qualquer procedimento de referenciação ou encaminhamento.

Este é apenas um pequeno resumo dos vários problemas identificados – outros seriam, por exemplo, a inexistência de lista de objetores de consciência e outras barreiras administrativas que fazem perder tempo e que servem de obstáculos ao acesso à IVG – mas é já por si muito preocupante e inadmissível. Como se vê por este relatório, a situação não está a ser resolvida pelo Governo, nem em semanas nem em meses, e não se trata de pequenos casos pontuais. Trata-se, isso sim, de uma degradação da situação que coloca em causa a lei e o acesso a direitos previstos na lei. Um retrocesso em relação à lei transformadora que foi a da despenalização da IVG.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição, com carácter de urgência, da Entidade Reguladora da Saúde e do Ministro da Saúde sobre os contínuos obstáculos colocados no SNS para o acesso à IVG.

O Deputado do Bloco de Esquerda,
Pedro Filipe Soares